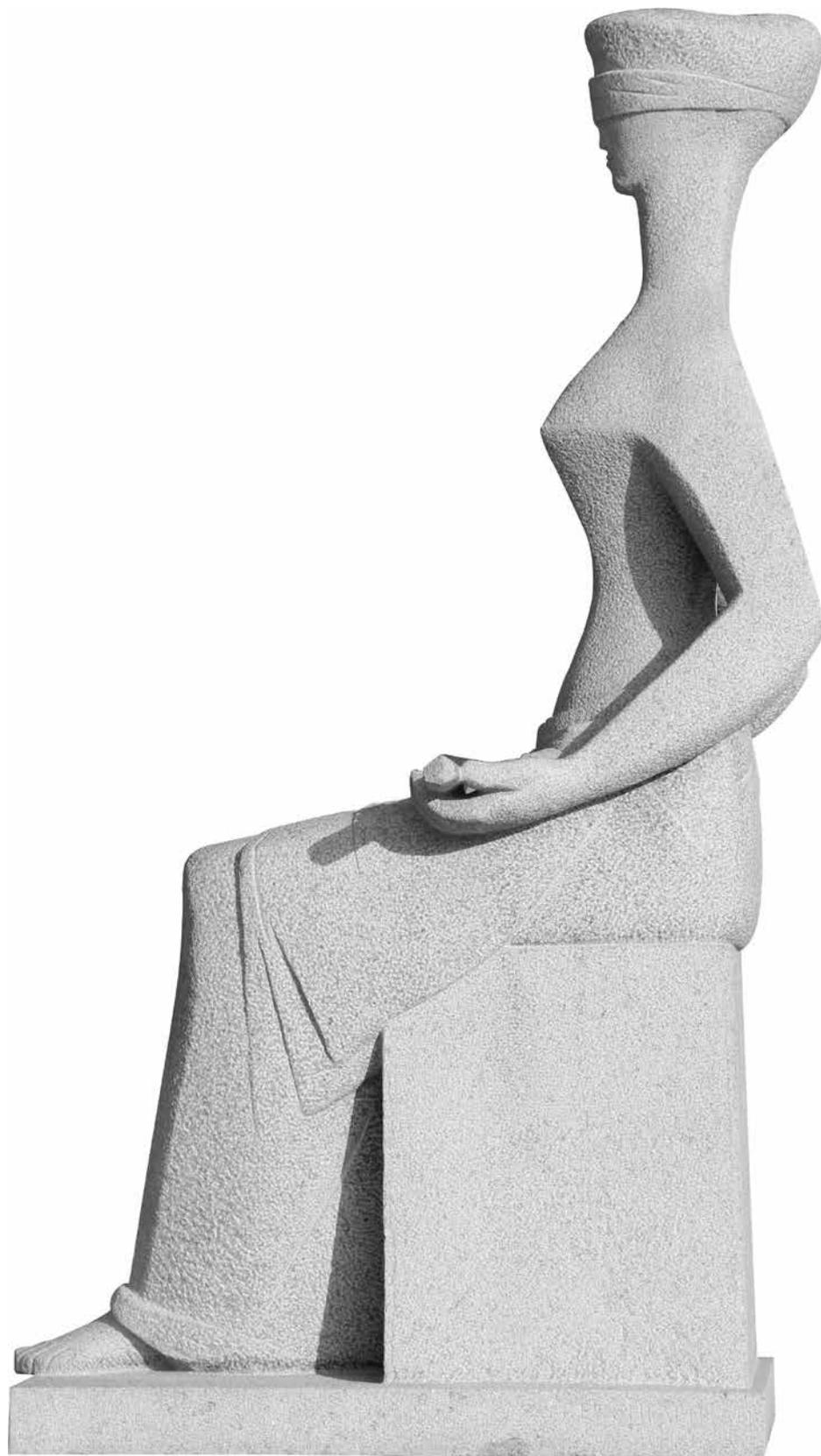


ESTRATÉGIAS **RIO BRAVO**

NOVEMBRO 2018



EXCLUSIVAMENTE PARA
USO INSTITUCIONAL

O ENSAIO DO PREPARATIVO

Gustavo Franco

gustavo.franco@riobravo.com.br



O encerramento da presidência Michel Temer poderia ser mais digno, não fosse o inusitado quid pro quo com o Supremo Tribunal Federal envolvendo a sanção presidencial para o aumento nos salários dos juízes em troca de uma decisão do ministro Luiz Fux acerca dos mal afamados auxílios moradia, e talvez envolvendo outras contrapartidas de que não se sabe. O resultado desse “dissídio” da magistratura para as contas públicas é duplamente negativo, começando pelos efeitos diretos e em cascata por toda a administração pública, com impactos da ordem de R\$ 5 bilhões, e se estendendo para o fato de que o episódio sepultou a ideia acalentada pela área econômica de adiar o aumento já previsto e aprovado nos proventos dos servidores federais para o ano que vem. O prejuízo é da mesma ordem de grandeza do aumento nos salários dos juízes.

É uma péssima forma de encerrar os trabalhos entre Temer e o STF, apenas reforçada pela repercussão da votação no Supremo sobre o indulto natalino, que poderá alcançar presos em processos ligados à Lava Jato.

“ Do lado positivo, o noticiário foi dominado pelas escolhas ministeriais do presidente eleito

Do lado positivo, o noticiário foi dominado pelas escolhas ministeriais do presidente eleito, processo iniciado com o anúncio de Sergio Moro para o Ministério da Justiça no primeiro dia do mês de novembro. A nomeação pode ter ângulos polêmicos, e mesmo alguma consequência para as decisões de Moro como magistrado, mas foi inequivocamente brilhante como ato político, não apenas pela popularidade do novo ministro, mas sobretudo pelo novo patamar em que colocou o ministério, fulminando as dúvidas sobre sua capacidade de recrutamento de nomes de primeira linha. Em tempo, pouca gente se deu conta que foi uma ideia de Paulo Guedes, que ganhou pontos junto ao chefe por conta do episódio.

O presidente eleito foi anunciando seus ministros aos bocados, em vários modelos, cada um deles revelador, e ainda não estavam encerradas as contratações no final do mês: (i) ministros celebridades, como Sergio Moro e Marcos Pontes, o astronauta, são sempre úteis pelo noticiário, sendo que, no caso de Moro, conforme as palavras do ministro, a ideia é “lançar um Plano Real contra a criminalidade”; (ii) ministros ideológicos assinalando com clareza o perfil da nova administração, como Ernesto Araújo para o Itamaraty e Ricardo Vélez Rodríguez para a Educação, este, ao menos, segundo indicação de Olavo de Carvalho; (iii) ministros militares, vários deles, mas nas pastas militares, e naquelas da “copa e cozinha” do Palácio,

exceção para Minas e Energia, para a qual o escolhido foi o almirante Bento Leite; (iv) ministros vindos do Congresso, mas não de partidos, senão de bancadas temáticas, ou técnicos ligados a partidos, como os da Casa Civil (Onyx Lorenzoni), Saúde (Luiz Mandetta), Agricultura (Tereza Dias), Integração nacional (Gustavo Canuto) e Infraestrutura (Tarcísio Freitas), Cidadania (Osmar Terra); e (v) a equipe econômica do ministro Paulo Guedes.

É nesse último grupo que vieram as surpresas mais ao gosto do mercado, que não era capaz de antecipar que Paulo Guedes tivesse tanta latitude para escolhas pessoais. A experiência histórica mostra que nem sempre é fácil para o líder da economia nomear todos os cargos periféricos importantes no domínio da economia, mesmo para “super” ministros, como Zélia Cardoso de Mello para Fernando Collor; a única a trabalhar com ministérios econômicos unificados, ou como Pedro Malan no governo FHC.

Os presidentes da Petrobras, Caixa Econômica Federal, BNDES e Banco do Brasil sempre escaparam do ministro da Fazenda, mas não desta vez. Para essas posições foram escolhidos, respectivamente, Roberto Castello Branco, Pedro Guimarães, Joaquim Levy e Rubem Novaes.

Não há precedente de tamanho poder, e de o presidente avalizar nomes como o de Levy, ex-ministro da Fazenda de Dilma, expressamente declarando que foi uma escolha do ministro Paulo Guedes.

Vale o registro que Ilan Goldfajn não se interessou em permanecer em seu posto, mesmo havendo a intenção de o governo passar a lei complementar definindo mandatos fixos para os dirigentes do Banco Central do Brasil, uma aspiração de todos os dirigentes que passaram pelo cargo desde que o presidente Costa

e Silva desmoralizou os mandatos criados pela Lei 4.595/64, e que o presidente Geisel retirou os diretores do BCB do Conselho Monetário Nacional. Roberto Campos Neto é uma escolha carregada de simbolismos, mas um tanto surpreendente diante da senioridade dos outros nomes cogitados, como Afonso Bevilaqua, Beny Parnes e do diretor Carlos Viana.

“ As escolhas no interior da área econômica se parecem com as de um ministério em separado

As escolhas no interior da área econômica se parecem com as de um ministério em separado. Vários nomes estão confirmados, mas o organograma (as “caixinhas”) não aparece ainda muito bem definido, pois se trata de um agrupamento e consolidação de secretarias e funções vindas de diferentes ministérios.

O secretário Marcos Troyjo, por exemplo, que é diplomata de carreira e professor na Universidade de Columbia, reunirá no que tem sido descrito como uma espécie de USTR (United States Trade Representative) brasileiro, as estruturas do antigo MDIC (Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio) ligadas ao comércio exterior, incluída a defesa comercial, os acordos internacionais (possivelmente a coordenação da CAMEX, Câmara de Comércio Exterior, se continuar a existir), e as duas secretarias de assuntos internacionais existentes nos ministérios da Fazenda e do Planejamento dividindo o trabalho de lidar com organismos internacionais.

Há secretarias temáticas que representam uma espécie de promoção para determinados assuntos, como Produtividade e Competitividade (Carlos Costa),

Desburocratização (Paulo Uebel) e Desestatização (Salim Mattar), e nesses casos ainda não há clareza sobre o organograma.

Marcos Cintra foi escolhido para a secretaria de Receita Federal e Previdência, uma secretaria unificada de arrecadação, para a qual, nos últimos anos, as escolhas têm recaído apenas sobre nomes da corporação.

Falta definir posições importantes como as secretarias da Fazenda e do Planejamento, para a quais os rumores apontam para Waldery Rodrigues (hoje na Secretaria de Política Econômica) e Esteves Colnago (hoje titular do ministério do Planejamento). Mansueto Almeida permanecerá Secretário do Tesouro, se não for promovido para a secretaria superior, com as atribuições remanescentes do antigo ministro da Fazenda.

A estrutura variou bastante nos últimos dias, ao sabor das preferências dos indicados, e de sondagens e disponibilidades. Não há mais tanto tempo para indecisões, pois não apenas o novo governo já começou como se espera que as novas iniciativas de reforma a serem oferecidas ao novo Congresso no início de fevereiro já estejam sendo discutidas e preparadas.

“ Paulo Guedes dilui seus superpoderes ao criar para si um grupo de substitutos

Vale o registro que, ao escolher tantos nomes ministeriais para as novas secretarias com envergadura de ministério e para as estatais, sutilmente Paulo Guedes dilui seus superpoderes ao criar para si um grupo de substitutos. Há um

claro benefício nesse desenho, pois fica reduzida a “dependência” em Paulo Guedes, considerado, sobretudo durante a campanha eleitoral, como a única garantia de racionalidade econômica para a nova presidência. O risco diminui, os mercados gostaram, resta ver se o novo grupo funcionará como “equipe econômica”, em uníssono, como no passado foram os economistas do Plano Real. Se for o caso, o grupo será ainda mais forte do que Paulo Guedes sozinho e terá imensa capacidade de influenciar a agenda nacional, mais ou menos como se passou com a equipe do Plano Real.

Todas essas cogitações suplantaram fartamente em importância as tensões que vieram do exterior e que poderiam trazer algum stress para os mercados locais. Houve queda acentuada do petróleo e das commodities, maior volatilidade (VIX), mais força para o dólar e receio de desaceleração global. Mas o noticiário político doméstico compensou. O real perdeu alguma coisa ao longo do mês, com alguma ação do Banco Central para mitigar as tensões, e a bolsa flutuou levemente para cima.

O anúncio do PIB para o terceiro trimestre não surpreendeu: o crescimento em 12 meses (contra doze meses anteriores) de 1,3%, foi pouco inferior às expectativas (1,6%), e teve o investimento como maior influência pelo lado da demanda. A tendência de lenta recuperação se mantém, com expectativas para que o PIB de 2018 feche na faixa de 1,3% e em 2,5% para 2019. A inflação voltou a surpreender para baixo, tanto IPCA quanto IGPs, com ligeiro fechamento dos juros.

Tudo considerado, o país parece estar muito melhor e mais assentado. Mas é preciso ter clareza de que não aconteceu nada, e que tudo o que se viu foi o ensaio do preparativo. ■

RENDA FIXA

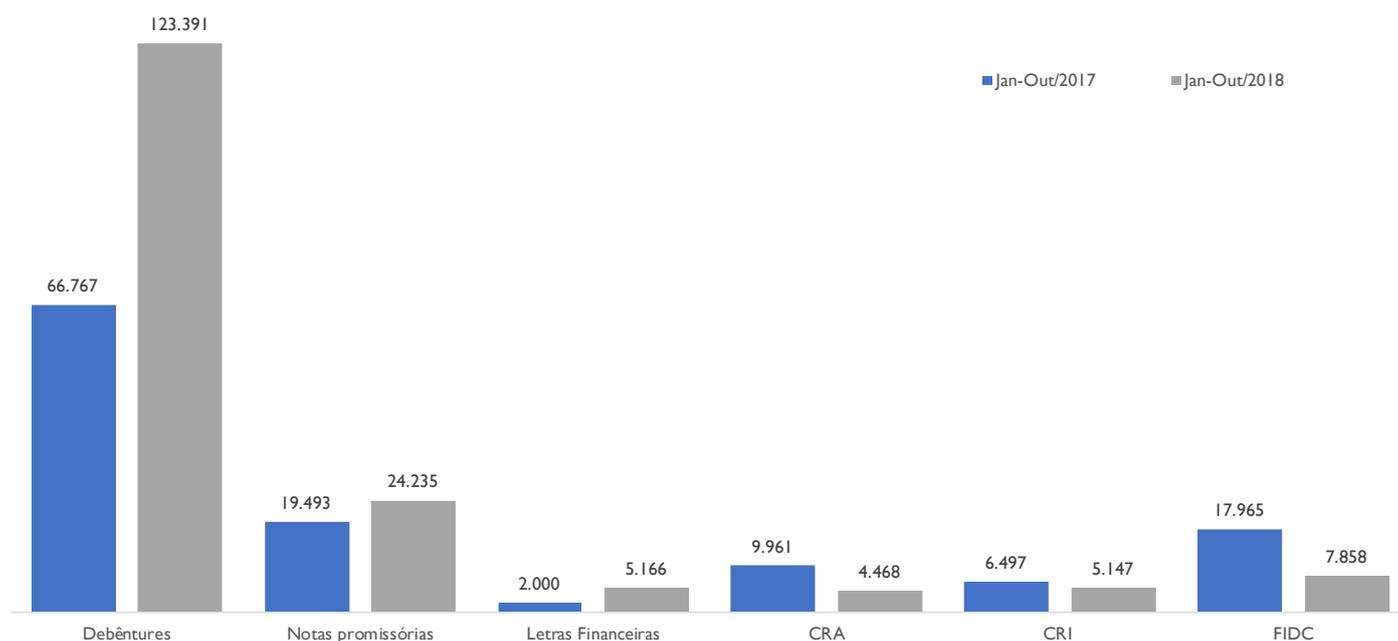
Alexandre Fernandes

alexandre.fernandes@riobravo.com.br

De acordo com dados compilados pela ANBIMA, as captações de recursos em Renda Fixa (Debêntures, NP's, CRI's, CRA's e FIDC's) via mercado de capitais doméstico totalizaram R\$ 170,2 bilhões no período

de janeiro a outubro de 2018, representando aumento de 38,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. As emissões de debêntures compõem R\$ 123,4 bilhões do total de captações (+84,8% no ano).

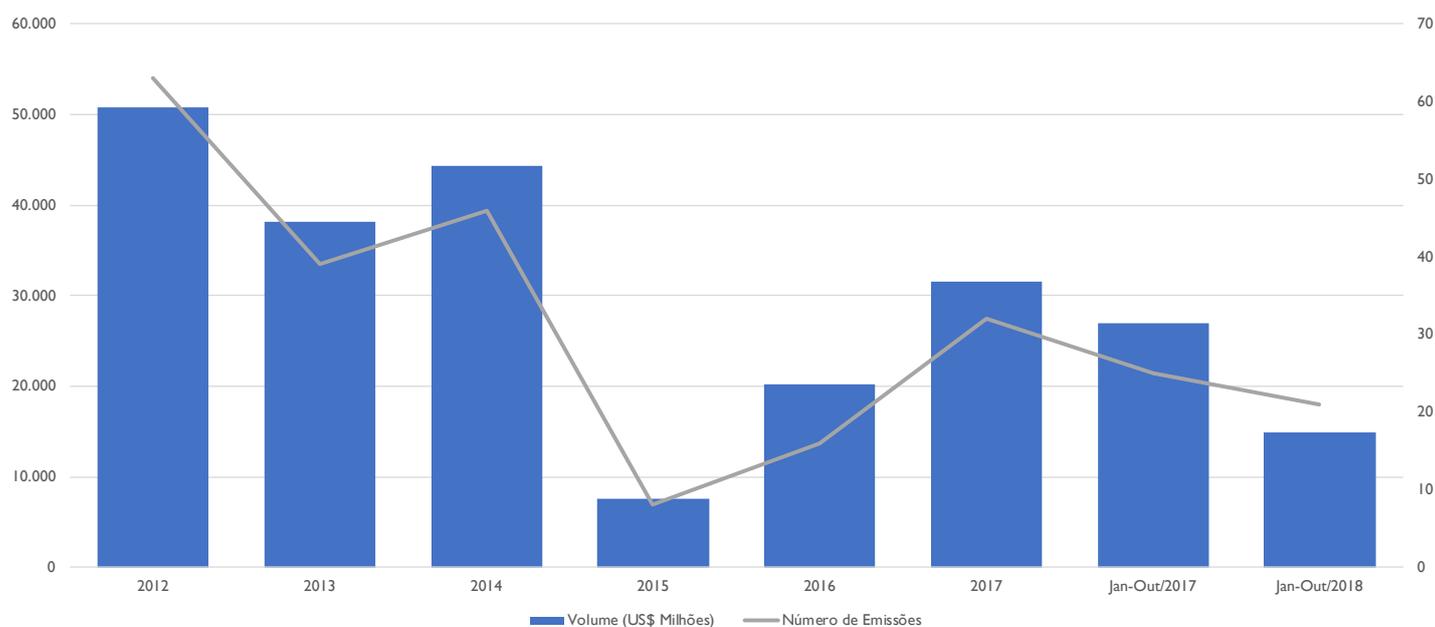
Mercado Doméstico (R\$ Milhões)



No mercado externo, a única emissão no mês de outubro foi da JBS, que captou US\$ 500 milhões em prazo de oito anos e yield de 7,125% a.a.. Já em novembro, a Suzano captou US\$ 500 milhões via re-tap de sua emissão com vencimento em 2047, com yield de 6,85% a.a. Adicionalmente, algumas companhias

anunciaram recompra de bonds, como a Gerdau, que divulgou a recompra de até US\$ 900 milhões. Também a Vale readquiriu US\$ 1 bilhão, sendo US\$ 600 milhões na emissão com vencimento em 2036 e US\$ 400 milhões na emissão com vencimento em 2022.

Emissões Externas - Renda Fixa



Entre as companhias que pretendem captar no mercado local nas próximas semanas estão: Dasa (R\$ 900 milhões, divididos em três séries de cinco, seis e oito anos, rating AA+), Movida (R\$ 600 milhões, divididos em três séries de cinco anos e meio, rating A+), Eucatex

(R\$ 120 milhões, em série única de quatro anos, rating A+), Celeo Redes (R\$ 565 milhões, em série única de cinco anos, rating AAA) e Saneago (R\$ 250 milhões, em série única de cinco anos, rating BBB+). ■

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Anita Scal

anita.spichler@riobravo.com.br

Dois mil e dezoito foi bastante intenso para os Fundos Imobiliários. Logo no começo do ano, muitas ofertas públicas de FIs entraram no mercado com bastante aderência dos investidores. A rentabilidade expressiva em 2017, de 19,4%, somada as boas perspectivas do setor imobiliário e ainda a expectativa de um governo reformista atraíram muito interesse dos investidores que procuravam alocar seu capital em ativos de maior risco, devido também a uma taxa SELIC pouco estimulante. Nesse período, os FIs ganharam a atenção do mercado e principalmente das pessoas físicas. Isso durou até meados de maio, quando a greve dos caminhoneiros expôs um país ainda fragilizado politicamente. Assim como todos os ativos de risco, os Fundos Imobiliários sofreram nos meses seguintes, caindo aproximadamente 10% e devolvendo toda a rentabilidade acumulada no ano, que já estava em aproximadamente 6%. Isso ocorreu porque os Fundos Imobiliários são precificados tanto em cima das perspectivas imobiliárias quanto em cima da taxa de juros livre de risco, que baliza a atratividade de todos os ativos nessa condição. Com as incertezas políticas, a NTN-B, título do governo que possui uma taxa real livre de risco e é comumente utilizada como base de comparação para os Fundos Imobiliários, foi negociada com taxas abruptamente maiores em pouco em tempo, desvalorizando, assim, as cotas dos FIs.

O momento foi de cautela até o término das eleições – com poucas ofertas públicas concretizadas nesse período. Muitos investidores preferiram esperar o momento político para tomar suas decisões de alocação de carteira.

Contudo, os bons fundamentos do mercado imobiliário permaneciam favoráveis, mesmo com os

riscos políticos. A taxa de vacância dos escritórios corporativos em São Paulo diminuiu significativamente, sendo que para edifícios AAA nas principais localizações de São Paulo a taxa de vacância chegou a 10%, segundo dados da Buildings. Esse patamar já vem permitindo aos proprietários ter mais poder de barganha nas negociações e conseguir aluguéis melhores. No setor logístico, a taxa de vacância caiu de 29% em 2016 para 25% em meados de 2018, também condizente com a proximidade de um ciclo imobiliário favorável aos proprietários. Portanto, devido a uma demanda crescente e a uma falta de novos imóveis para serem entregues, esperamos uma permanência do ciclo de queda de vacância, que deverá favorecer os Fundos imobiliários no geral.

Desse modo, com o término das eleições e o fim da volatilidade causada por ela, foi natural que os FIs voltassem a chamar a atenção dos investidores. Nos meses seguintes, o IFIX subiu 7,7% e recuperou as perdas do ano, ficando até novembro com uma rentabilidade acumulada de 3,3%. No entanto, esse patamar ainda está abaixo da máxima histórica de 2.362 pontos, que ocorreu em abril de 2018, o que nos permite dizer que o potencial esperado para os Fundos Imobiliários antes da greve dos caminhoneiros ainda não foi plenamente recuperado. Portanto, permanecendo as boas perspectivas para o setor e para a economia, a expectativa é de que os FIs continuem a apresentar boas performances nos próximos anos. ■

MULTIMERCADOS

Evandro Buccini

evandro.buccini@riobravo.com.br

As economias desenvolvidas passam por um momento delicado com a normalização da política monetária já avançada nos EUA e começando na Europa. A desaceleração da atividade global pode alterar os planos desses bancos centrais e eventual escalada da guerra comercial pode piorar a perspectiva de crescimento de Europa e China, os dois países/blocos mais sensíveis ao comércio internacional.

O movimento de sell-off global de ativos de risco iniciado em outubro continuou em novembro. A perspectiva de desaceleração global, exacerbada por fatores técnicos, levou à forte correção no preço de commodities com impacto considerável no apetite a risco por ativos de países emergentes. O petróleo Brent caiu 19,45% no mês, e o minério de ferro recuou 9,11%.

Algumas questões que pareciam estar se resolvendo voltaram ao radar do mercado. A Argentina, cujos ativos haviam melhorado em outubro, mostra, de novo, sinais de fraqueza, mesmo com ajuda do FMI. O peso argentino se desvalorizou 5,8%, e as taxas dos títulos de três anos em dólares subiram mais de 100 bps no mês. No México, a crescente incerteza com relação a Andrés Manuel López Obrador, presidente recentemente eleito, também foi um fator relevante para a piora nos ativos locais. AMLO está implementando sua promessa de consultar a população para projetos importantes e populares, mas com custo fiscal muito relevante. A taxa dos títulos locais de três anos subiu 13 bps, enquanto o peso se depreciou 1%.

As economias desenvolvidas também passaram por turbulências. Nos EUA, as ações de tecnologia sofreram bastante devido aos ruídos de guerra comercial com a China e de desaceleração, enquanto ações do setor de energia caíram devido à queda nos preços de petróleo. O índice S&P 500 passou

boa parte do mês no território negativo; no entanto, o discurso de Jerome Powell e a ata do Fed, interpretados pelo mercado como dovish, ajudaram o índice, que fechou o mês com ganhos de 0,70%. Combinado a isso, perspectivas de desaceleração econômica também tiveram efeitos sobre a taxa das treasuries de dez anos, que chegou a renovar o pico de 3,25%, mas fechou o mês a 2,99%. O dólar caiu 1,02% em relação à cesta de moedas DXY.

Os ativos brasileiros tiveram um desempenho positivo. O real teve uma das piores performances em relação aos pares no mês de novembro, com depreciação de 4,50%. A bolsa fechou o mês com variação de 2,38% em relação ao mês anterior, enquanto a curva de juros teve ótimo desempenho no mês, com alguns vértices atingindo os níveis mais baixos da história. Nossas posições aplicadas nos FRAs 19-20 e 20-21 se beneficiaram de um fechamento de, respectivamente, 26 e 24 bps nestas taxas.

Seguimos otimistas com os ativos brasileiros e ainda estamos certos de que renda variável é o melhor ativo para se beneficiar desse movimento. Acreditamos em crescimento mais forte nos próximos trimestres, com ajuda de um novo ciclo de crédito e o posicionamento dos grandes investidores institucionais em ações é inferior aos últimos anos. Também estamos vendidos no índice S&P500, para nos proteger da desaceleração dos EUA. O Book de renda variável contribuiu com 11 bps no mês de novembro. Nossa posição de renda fixa, dada na inclinação dos FRAs 21-23 e 23-25, e aplicada nos FRAs 19-20 e 20-21, também teve um desempenho positivo com 45 bps no mês. As estratégias quantitativas seguem contribuindo positivamente para o resultado, tendo contribuído com 2bps no mês.

O resultado do Rio Bravo Apollo FIC FIM foi de 0,66% (133% do CDI). ■

PERFORMANCE

	Rio Bravo Crédito Privado FIRF	Rio Bravo Liquidez DI FI Referenciado	Rio Bravo Fundamental FIA	Rio Bravo Apollo FIC FIM	Rio Bravo Juros FIC FIM	Rio Bravo Previdência FIM	Rio Bravo Columbia Threadneedle FIM IE	Rio Bravo Pandas FIC FIM	Rio Bravo Portfólio Diversificado I FIC	Rio Bravo Portfólio Diversificado II FIC	Rio Bravo Portfólio Diversificado Internacional	Rio Bravo Portfólio Diversificado Equities FIC FIA	CDI	Ibovespa	SMLL	Euro	Dólar	FTSE R\$ (ex-UK)	IMA - B	IFIX	
Novembro-18	0,50	0,43	4,41	0,66	0,78	1,71	4,09	0,14	0,50	0,14	-	3,54	0,49	2,38	4,79	3,80	3,82	3,13	0,90	2,59	
Outubro-18	0,58	0,47	10,97	1,57	3,35	5,40	-16,38	-1,41	0,21	1,00	-17,49	11,26	0,54	10,19	12,59	-10,38	-8,06	-14,85	7,14	5,04	
Setembro-18	0,53	0,39	1,83	0,60	1,39	0,79	-3,90	0,69	0,56	0,39	1,88	0,28	0,47	3,48	-1,96	-0,07	-0,12	-1,38	-0,15	-0,21	
Agosto-18	0,57	0,49	-2,87	-1,78	-1,12	-2,22	9,99	1,27	-0,34	0,03	5,60	-3,62	0,57	-3,21	-4,25	7,09	7,93	6,07	-0,45	-0,70	
Julho-18	0,55	0,47	2,98	2,04	2,03	3,82	-0,56	-0,06	1,26	0,74	-0,65	5,24	0,54	8,88	5,09	-3,03	-3,09	1,16	2,32	1,37	
Junho-18	0,51	0,44	-4,77	-0,48	0,82	-1,79	3,40	1,90	-0,27	0,32	2,24	-3,75	0,52	-5,20	-3,66	4,22	4,11	3,29	-0,32	-4,01	
Maior-18	0,52	0,44	-9,56	-2,12	-2,41	-5,95	5,83	1,88	-1,21	-1,12	4,49	-6,22	0,52	-10,87	-11,31	2,70	6,21	0,98	-3,16	-5,27	
Abril-18	0,52	0,45	-5,30	0,02	0,08	-0,51	3,92	-0,99	0,30	0,16	6,54	0,15	0,52	0,88	2,37	4,08	6,05	6,83	-0,14	-0,86	
Março-18	0,54	0,47	0,34	1,79	2,33	-0,36	2,62	2,13	1,25	0,56	0,34	0,32	0,53	0,01	0,07	2,66	1,81	-0,31	0,94	2,00	
Fevereiro-18	0,50	0,41	-3,65	1,08	1,26	0,25	-3,16	2,40	0,54	0,42	-0,66	-1,67	0,47	0,52	-0,37	0,13	1,88	-3,47	0,55	1,15	
Janeiro-18	0,62	0,54	7,98	0,69	0,97	3,84	0,70	2,07	1,17	1,87	-2,91	7,06	0,61	11,14	4,34	-0,11	-3,78	2,30	3,43	2,64	
Dezembro-17	0,54	0,48	4,90	1,00	1,42	1,62	1,02	3,36	1,06	1,00	0,91	4,59	0,54	6,16	7,03	1,85	1,36	1,56	0,80	0,60	
Novembro-17	0,58	0,50	-3,13	0,58	0,49	-0,82	0,99	1,21	0,30	0,31	-0,26	-3,02	0,57	-3,15	-2,43	2,04	-0,10	0,02	-0,76	-0,59	
Ano	6,07	5,10	0,48	4,06	9,74	4,50	4,30	10,38	4,03	4,57	-2,62	11,95	5,90	17,15	5,91	9,94	16,72	1,61	11,22	3,32	
12 meses	6,61	5,57	4,77	4,90	11,08	6,66	6,93	13,85	5,05	5,63	-1,82	16,70	6,44	23,86	13,10	12,87	18,68	5,06	12,06	4,30	
24 meses	18,56	16,21	21,96	-	27,32	22,54	38,40	24,10	19,27	18,11	4,33	38,76	17,87	42,40	57,21	21,87	14,13	-	29,63	25,53	
36 meses	35,76	31,66	35,70	-	49,18	43,52	8,82	37,67	37,53	33,67	-7,43	73,83	34,28	98,37	97,32	6,98	-0,03	-	58,96	58,36	
48 meses	53,37	48,14	13,45	-	58,63	39,81	-	-	51,24	48,73	37,64	48,21	51,80	63,56	50,86	38,59	52,75	-	66,46	69,57	
Desde o início	183,22	179,46	527,77	17,22	122,96	44,94	11,09	40,94	52,65	187,12	46,40	54,93									
PL Atual (R\$Mil)	448,015	9,430	3,910	38,153	5,305	13,364	42,128	3,527	49,156	8,930	0	5,252									
Data de início	14/08/08	28/12/07	8/09/04	4/01/17	8/04/11	12/03/13	29/09/15	17/08/15	9/10/14	3/11/08	11/12/13	16/04/12									
Taxa de Administração (a.a.)	0,45%	0,35%	2,00%	1,50%	0,85%	1,10%	0,08%	0,90%	0,40%	0,60%	1,75%	0,70%									
Taxa de Performance (a.a.)	-	-	20% do que exceder Ibovespa	25% do que exceder CDI	10% do que exceder CDI	-	-	25% do que exceder CDI	-	10% do que exceder CDI	-	Não há									

RIO BRAVO

CARLOS ZANVETTOR

Chief Executive Officer
carlos.zanvettor@riobravo.com.br

GUSTAVO FRANCO

Estrategista-chefe
gustavo.franco@riobravo.com.br

MÁRIO FLECK

Chief Commercial Officer
mario.fleck@riobravo.com.br

PAULO BILYK

Chief Investment Officer
paulo.bilyk@riobravo.com.br

ALEXANDRE FERNANDES

Diretor
Renda Fixa
alexandre.fernandes@riobravo.com.br

EVANDRO BUCCINI

Economista-chefe
evandro.buccini@riobravo.com.br

ANITA SCAL

Diretora
Investimentos Imobiliários
anita.spichler@riobravo.com.br

VANESSA FALEIROS

Diretora
Jurídico e Compliance
vanessa.faleiros@riobravo.com.br

INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

RAFAEL CONRADO

|| 3509 6689
rafael.conrado@riobravo.com.br

DAIANA PIRES

|| 3509 6639
daiana.pires@riobravo.com.br

HENRIQUE MENDONÇA

|| 3509 6687
henrique.mendonca@riobravo.com.br

ROBERTA MORETTI

|| 3509 6615
roberta.moretti@riobravo.com.br

THAYNÁ FELIPE

|| 3509 6646
thayna.felipe@riobravo.com.br

OUIDORIA

0800 722 9910
ouvidoria@riobravo.com.br



Este material foi elaborado pela Rio Bravo e não deve ser considerado um relatório de análise para fins. Este material tem caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como sendo material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão e alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Os prazos, taxas e condições aqui contidos são meramente indicativos. As informações contidas nesse material foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A Rio Bravo não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. Os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros discutidos nesse material podem não ser adequados para todos os investidores. Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expresso em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Rio Bravo não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamentos da Rio Bravo, podendo ser divulgado também em seu site. Fica proibida a reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Rio Bravo. Para maiores informações sobre os produtos, tabelas de custos operacionais, acesse www.riobravo.com.br. LEIA O MATERIAL ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO FGC. ESTE FUNDO TEM MENOS DE 12 (DOZE) MESES. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TAXA. AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. A RENTABILIDADE AJUSTADA CONSIDERA O REINVESTIMENTO DOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO OU OUTROS RENDIMENTOS ADVINDOS DE ATIVOS FINANCEIROS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO REPASSADOS DIRETAMENTE AO COTISTA. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERENTE AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS. Para informações, ligue para +55 || 3509-6600. Para reclamações, utilize o SAC/Ouvidoria: 0800-722-9910.

